

10º

CONGRESSO DISTRITAL DOS BANCÁRIOS DO DF E ENTORNO



PANDEMIA E EMPREGO BANCÁRIO

Um ano e quatro meses após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar o status de pandemia mundial em função da Covid-19, infecção causada pelo novo coronavírus, questões como isolamento social, intensidade do trabalho, teletrabalho, contaminação e vacinação continuam na pauta do movimento sindical brasileiro. Uma das principais mudanças no mundo do trabalho, provocadas pela pandemia, foi a ampliação da modalidade de teletrabalho, como forma de garantir o isolamento social e evitar a disseminação do novo coronavírus.

Desde a confirmação da primeira morte por Covid-19, no Brasil, o movimento sindical bancário passou a reivindicar a adoção de medidas sanitárias necessárias à proteção dos trabalhadores. Em 12 de março de 2020, a Contraf-CUT, federações e sindicatos solicitaram à Fenaban – braço sindical patronal dos bancos - a criação de um “comitê de crise” bipartite, o que se concretizou no dia 16 do mesmo mês. Passados alguns dias da criação do comitê, cerca de 230 mil bancários(as) - metade da categoria no país - já haviam migrado para o regime de teletrabalho. Importante destacar que a Medida Provisória 927, de 22 de março de 2020, autorizou o teletrabalho por decisão discricionária do empregador, como medida de enfrentamento à pandemia, mas sem maiores garantias aos(as) empregados(as).

Grande parte da categoria foi designada para o regime de teletrabalho, mas cabe lembrar que boa parte dos(as) trabalhadores(as) ainda permaneceu na linha de frente do atendimento bancário ao cidadão, particularmente dos mais vulneráveis que não têm acesso aos serviços remotos. Em alguns casos, até com aumento da demanda pelo atendimento presencial por conta, por exemplo, do pagamento do auxílio emergencial. Apesar deste cenário, os grandes bancos anunciaram redução no quadro de pessoal ao longo de 2020, informações que são confirmadas pelos dados do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgado pelo Ministério da Economia. Em março de 2021, a categoria bancária somava pouco mais de 467 mil trabalhadores, enquanto em março do ano passado, havia mais de 483 mil bancários em todo o país. Ou seja, em um ano de pandemia, foram mais de 15 mil postos de trabalho bancários fechados.

Nos dois meses mais recentes (abril e maio), houve registro de saldo positivo de 2.752 postos no emprego bancário do país. Ainda assim, está muito distante de reverter o saldo negativo acumulado durante a pandemia. A Caixa já vem convocando os aprovados no concurso de 2014, após pressão das entidades sindicais que foi parar, inclusive, na justiça, e essas contratações tiveram forte peso no saldo desses dois meses. Já o Banco do Brasil anunciou, em junho, novo concurso para contratação imediata de mais de 2 mil funcionários, o que pode amenizar um pouco o enxugamento do quadro de pessoal que vem sendo verificado no banco nos últimos anos, inclusive em função dos programas de desligamento voluntário anunciados em janeiro deste ano.

O massivo desligamento de bancários(as) durante a pandemia já era motivo de preocupação, mas os dados de desligamentos por óbito chamam ainda mais atenção, especialmente quando se compara o início de 2021 com o mesmo período de 2020. No 1º trimestre do ano passado, período em que o impacto da pandemia da Covid-19 ainda era quase nulo, haviam sido registrados 55 desligamentos por óbito nas atividades bancárias em todo o Brasil. Esse número pulou para 176 no mesmo período de 2021, aumento é de 220%, de acordo com dados do Novo Caged.

Em somente 5 meses de 2021, foram registrados 276 desligamentos por óbito. Esse total corresponde a 85% do verificado durante todo o ano de 2020, quando 323 bancários(as) foram desligados por óbito no país. A falta de informações específicas sobre a contaminação por Covid-19 na categoria dificulta uma análise mais precisa sobre a causa desses óbitos, mas essa intensificação coincide com a tendência de aumento dos óbitos da população brasileira em função da Covid-19.

Após meses de ação sindical para incluir bancários(as) nas categorias prioritárias para vacinação, em função de serem trabalhadores de atividade considerada essencial, o Ministério da Saúde anunciou, dia 06 de julho, o ingresso dos bancários(as) na relação prioritária dos profissionais a serem vacinados. Contudo, apesar de toda luta do movimento sindical, com ênfase no Sindicato dos Bancários de Brasília, pela ausência total de compromisso do governo Ibaneis Rocha, a conquista da vacina no braço não foi honrada.

É importante frisar que a prioridade na vacinação protege não somente os(as) trabalhadores(as), mas também as pessoas que precisam ser atendidas presencialmente nas agências, que são ambientes propícios à maior concentração e transmissão do vírus, aumentando o risco de contágio, por serem locais fechados com pouca ou nenhuma ventilação. E que se a atividade bancária é considerada serviço essencial, nada mais justo que a categoria bancária também tenham prioridade na vacinação.

PANDEMIA E INTENSIDADE DO TRABALHO

Está em curso uma intensa reestruturação na forma de atuação dos bancos no Brasil, provocada pelas mudanças tecnológicas e organizacionais nas empresas, tendo como objetivo a melhoria dos seus índices de eficiência e expansão dos negócios com menores custos. Desde o início dos anos 2000, o emprego bancário no Brasil passou por nova fase de reestruturação. As carreiras, a partir de então, tornaram-se mais flexíveis, com grande amplitude salarial. Uma parte expressiva da base de trabalhadores passou a se dedicar integralmente à comercialização de produtos e serviços, com foco em públicos segmentados e, preferencialmente, de alta renda. O número de transações fora das agências aumentou de forma expressiva, prenúncio do nível da automação a ser implementado no setor.

É nesse contexto que as empresas e os(as) trabalhadores(as) dos bancos chegam ao quadro atual da pandemia, que deve intensificar tendências já verificadas há alguns anos no setor financeiro. O aumento da utilização dos canais digitais pelos clientes, especialmente por conta da pandemia e da necessidade de isolamento social, acabou acelerando um movimento que já vinha ocorrendo, de os bancos reverem suas estruturas físicas, privilegiando os investimentos nos canais digitais e fechando agências, e enxugarem o quadro de pessoal.

É possível perceber o aumento da intensidade do trabalho ao longo dos últimos anos ao comparar a evolução no número médio de clientes por trabalhador. Em 2016, era de 3.936 nos cinco maiores bancos do país (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander) e, até o 1º trimestre de 2021, subiu para uma média de 5.800 clientes por trabalhador, aumento expressivo de 47,3% no período. Cabe registrar que o número de trabalhadores nesses bancos encolheu 10,4% no mesmo período.

A deterioração dos indicadores de emprego nos bancos não foi resultado da piora do desempenho das empresas do setor ou da redução das margens de lucro. Pelo contrário. São resultado de programas de ajuste em prol da melhoria dos índices de eficiência dos bancos, que são mais satisfatórios à medida que as despesas diminuem em relação às receitas, e de lucratividade.

A digitalização das transações financeiras e o teletrabalho da categoria bancária foram bastante intensificados com o isolamento social necessário à prevenção da Covid-19 e são tendências que devem permanecer, mesmo após a pandemia, já que representam potencial redução de despesas administrativas (aluguéis, energia, transporte, manutenção e conservação de bens, por exemplo) e de pessoal para os bancos e transferência de riscos do negócio para o(a) trabalhador(a).

Esse momento traz à tona questões relativas ao tempo de trabalho presentes no cotidiano dos(as) trabalhadores(as), considerando as dimensões da duração, da intensidade e da distribuição da jornada. Com um elevado contingente de bancários(as) em regime de teletrabalho, soma-se a essas questões tradicionais a discussão sobre o direito à desconexão, de o(a) trabalhador(a) poder usufruir do tempo do não trabalho e se dedicar a atividades pessoais, familiares e domésticas.



ATAQUE AOS BANCOS PÚBLICOS

Os bancos públicos desempenham um papel importante no desenvolvimento do país, atuando fortemente na concessão de crédito em diversos segmentos, especialmente, rural e imobiliário, bem como na execução de programas sociais do governo, como foi o caso da concessão do auxílio emergencial e do Benefício Emergencial (BEm) durante a pandemia da Covid-19.

Para citar exemplos, na crise financeira mundial, ocorrida a partir de 2008, os bancos públicos brasileiros atuaram com políticas anticíclicas, ampliando a concessão de crédito, principalmente nos financiamentos aos setores industrial, agrícola e habitacional, como parte de uma estratégia do governo para enfrentar a crise econômica internacional.

Em 2012, novamente os bancos públicos foram utilizados como instrumento de política econômica, ao serem acionados pelo governo Dilma, reduzindo suas taxas de juros na tentativa de diminuir o spread bancário do Sistema Financeiro Nacional (SFN) – que era naquele momento e ainda é um dos mais elevados do mundo.

Apesar da inegável importância no Sistema Financeiro Nacional (SFN), nos anos mais recentes, os bancos públicos têm perdido participação no crédito e sofrido uma série de reestruturações que impactam no atendimento à população e na sua participação na economia. Fora as ameaças de venda de ativos, privatização e abertura de capital.

A despeito dos ataques que vêm sofrendo desde o governo de Michel Temer e, atualmente, de Jair Bolsonaro, a participação dos bancos públicos no total do crédito do país é de 45% em média, mas supera os 86% nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No Norte, mais de 66% do crédito do Banco da Amazônia é concedido para negócios de pequeno porte e cerca de 70% dos recursos utilizados pelo banco para o desenvolvimento sustentável da região são provenientes do Fundo Constitucional do Norte (FNO). No Nordeste, 64,5% dos empréstimos concedidos pelo Banco do Nordeste foram com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Em 2020, a Caixa concedeu R\$ 34,3 bilhões para o segmento de médias, pequenas e microempresas. Só do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) foram R\$ 16,4 bilhões. O BB desembolsou outros R\$ 7 bilhões pelo Pronampe, beneficiando 112 mil empresas. Ainda em 2020, o Banco do Brasil destinou R\$ 46,8 bilhões para o financiamento estudantil pelo Fies e o Novo Fies, operado integralmente pela Caixa, alcançou, alcançou o total de 165.995 estudantes atendidos ao final de 2019. A Caixa ainda é responsável por 68% do crédito imobiliário no país. Sem o crédito direcionado dos bancos públicos, haveria menos emprego, alimentos, moradias, exportação e financiamento estudantil.

O atendimento bancário também depende fortemente dos bancos públicos, já que 1/3 dos municípios que têm agência de algum banco, só contam agências de bancos públicos. Detalhe que apenas 58% dos municípios brasileiros têm atendimento bancário em pontos físicos.

As empresas estatais, de maneira geral, são instrumentos que estão à disposição dos governos para viabilizar investimentos e, com isso, reaquecer a atividade econômica e gerar empregos. No meio de uma situação de alta incerteza, em função da pandemia, que aprofundou a crise já vivida nos últimos anos, recorrer a soluções do mercado via setor privado vai servir apenas para aprofundar ainda mais a crise econômica e social em que o Brasil se encontra. Os bancos privados costumam focar sua atuação nas atividades de maior rentabilidade. Já os bancos públicos estimulam a bancarização em todas as regiões do país, atendem a maior parcela de municípios no país, sobretudo aqueles comumente considerados menos rentáveis, e oferecem acesso ao crédito à população de baixa renda, ao pequeno e microempreendedor, à agricultura familiar. Por isso a importância da defesa do fortalecimento dos bancos públicos e contra seu desmonte.

